

**ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA  
TÉCNICA – RIO DE JANEIRO**

**Licitação nº 002/2021**

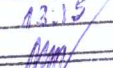
**Processo administrativo nº SEI-260005/000037/2021**

**CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.307.631/0001-19, endereço eletrônico: henrique@entresrios.com.br, estabelecida na Rua Bráulio Muniz, nº 278/101, Abolição, Rio de Janeiro – RJ, Cep: 20.755-240, devidamente qualificada anteriormente, em razão da ata da sessão de divulgação de habilitação de 28/05/2021, na qual foi declarada inabilitada no processo licitatório supracitado, vem tempestivamente apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com supedâneo no art. 5º, XXXIV, “a”, LV e LXXVIII, da CRFB/88 e nas disposições da Lei de Licitações, conforme os fatos e fundamentos a seguir expostos:

**HISTÓRICO**

O processo licitatório em debate, modalidade de concorrência, tem por objeto a contratação de empresa especializada para Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, nas Unidades de Ensino e Prédios Administrativos sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC / Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI.

Participaram do certame a Recorrente e outras empresas.

<b>FAETEC</b>	
<b>PROTOCOLO CENTRAL</b>	
Entrada:	08 / 06 / 2021
Hora:	13:15
Rubrica:	

[www.entresrios.com.br](http://www.entresrios.com.br)  
[construtora@entresrios.com.br](mailto:construtora@entresrios.com.br)

Entretanto, a Comissão de Licitação declarou a ora Recorrente inabilitada, sob o fundamento “*não apresenta documentos dos sócios de forma autenticada, inclusive encontram-se ilegíveis*”.

Desta forma, em oposição ao r. *decisum* da ilustre Comissão, o presente recurso busca a reforma da injusta decisão por não estar de acordo com a documentação apresentada pela recorrente, sendo a decisão de inabilitação uma violação de princípios que norteiam a Administração Pública, sobretudo, o processo licitatório.

### **HABILITAÇÃO DA RECORRENTE**

Inicialmente é importante destacar que a Recorrente apresentou todos os documentos exigidos pelo edital de modo a comprovar a sua plena qualificação, haja visto sua inabilitação decorrer de entendimento desta ilustre comissão que se reportou exclusivamente a identidade dos sócios da recorrente, que apesar de tratar-se de empresa consolidada no mercado, com notória capacidade técnica, econômica e financeira, foi declarada inabilitada.

Nota-se, portanto, que a inabilitação da recorrente decorre da afirmação de não ter apresentado cópia autenticada da identidade dos sócios, afirmando ainda estar ilegível a referida cópia. Oportuno, os documentos estão autenticados.

Nesse contexto o presente recurso, respeitosamente, compreendendo os enormes desafios inerentes a condução de Procedimentos Licitatórios, pretende ponderar e requerer reexame da decisão de inabilitação, visto que a recorrente preenche todos os requisitos exigidos no edital.

### **QUANTO AOS DOCUMENTOS – IDENTIDADE DOS SÓCIOS**

A compreensão sobre a relevância dos documentos apresentados para habilitação, evidente deve estar pautado nas normas edilícias, contudo, repousa sobre a ilustre comissão o papel de sopesar os fatos, buscando alcançar, atuando com legalidade e razoabilidade, a finalidade precípua do procedimento licitatório quanto a competitividade e melhor proposta.

Nota-se quanto as identidades dos sócios e a baixa resolução da cópia desses documentos (ilegíveis) e não autenticados, nos cumpre chamar a atenção que a autenticação foi realizada na

[www.entreosrios.com.br](http://www.entreosrios.com.br)  
[construtora@entreosrios.com.br](mailto:construtora@entreosrios.com.br)



modalidade digital, como se verifica no próprio documento apresentado, ademais partindo da premissa que de fato é impossível em razão da baixa resolução determinar a autenticação das identidades, as referidas carteiras de identidade possuem QR CODE, ou seja, podem ser conferidas através de simples procedimento que pode ser feito por qualquer aparelho celular.

Portanto, sobre a decisão que inabilita a recorrente ponderamos que deve ser revista sobre dois aspectos: (i) **Vício Sanável e Diligência**: o documento (identidade dos sócios) estava devidamente autenticado, contudo, diante da alegação de estar ilegível, a mera verificação através do QR CODE seria capaz de sanear o feito, portanto, mera tratava-se de simples diligência para sanear o feito, valorizando a competitividade no procedimento licitatório, evitando julgamento com excesso de formalismo que culminou com a inabilitação de concorrente por um vício sanável, como no caso; (ii) **Isonomia ou Parcialidade**: a decisão que inabilitou a recorrente não atuou com isonomia em relação a sua atuação com os demais licitantes, afinal compulsando a ata do dia 28/05/2021, fácil perceber que em relação aos demais licitantes a ilustre comissão promoveu diligências no sentido de regularizar os vícios encontrados, todavia, não procedeu da mesma forma com a recorrente.

(i) **Vício Sanável e Diligência**

Em se tratando de documento de identidade dos sócios e a alegação de estarem ilegíveis, é fato que nos procedimentos licitatórios quando há falha de conteúdo na informação ou documento, havendo evidente desacordo entre a vontade (juntada) e o que de fato foi expressado no documento, está clara a ocorrência de uma inexatidão material, nesse caso o erro material admite correção. Logo, o saneamento não acarretaria alteração quanto à substância do documento, visto que apresentado tempestivamente.

É consolidada a corrente relativa à superação do formalismo restrito nos procedimentos de análise dos documentos de habilitação e propostas nas licitações públicas.

Em seu art. 43, §3º, dispõe a Lei nº 8.666/1993 ser “*facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta*”.

[www.entreosrios.com.br](http://www.entreosrios.com.br)  
[construtora@entreosrios.com.br](mailto:construtora@entreosrios.com.br)





Havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação ou proposta, há um *poder-dever* por parte da Comissão de Licitação em realizar a diligência, superando-se o dogma do **formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração**. Esse é inclusive o entendimento consolidado nas cortes de contas, a exemplo abaixo:

*“É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame” (Acórdão TCU nº 1.795/2015-Plenário).*

*“É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993” (Acórdão TCU nº 3.615/2013-Plenário).*

*“Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editais, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993)” (Acórdão TCU nº 3.418/2014-Plenário).*

Note-se, portanto, que a realização de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento licitatório independente de previsão em edital, **sendo decorrente dos princípios da Administração Pública e da própria disposição legal contida no art. 43, §3º, da Lei 8.666/93.**

Assim, no caso a diligência que poderia ter sido promovida pela ilustre Comissão de Licitação, certamente resultaria na produção de documento capaz de materializar uma situação evidentemente já existente ao tempo da sessão de

[www.entreosrios.com.br](http://www.entreosrios.com.br)  
[construtora@entreosrios.com.br](mailto:construtora@entreosrios.com.br)



apresentação dos envelopes, qual seja, a identidade dos sócios da licitante/recorrente, nesse cenário, impossível se falar em ilegalidade ou irregularidade.

Nesse cenário, tanto o Poder Judiciário quanto as Cortes de Contas reconhecem que o procedimento licitatório não deve ser pautado num formalismo excessivo desviando sua finalidade a ponto de equipara-lo a um jogo, no qual só importa o cumprimento da etapa definida, perdendo-se na sua finalidade em alcançar o interesse público almejado.

Em síntese, o Processo Licitatório não deve ter como meta a prevalência do formalismo inútil, mas sim, sempre que possível, flexibilizar as normas com o intuito de trazer maior número de participantes para o certame e, com isso, ampliar a concorrência, evitando inabilitar licitante ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou de irregularidades irrelevantes, que não afetem o conteúdo da documentação.

Segundo Ivo Ferreira de Oliveira, *“é preciso conciliar o respeito às regras previamente estabelecidas, e que balizamos atos pelos quais o procedimento licitatório se decompõe, com o afastamento de exigências demasiadas e rigorismos incompatíveis com a boa exegese das normas do certame”*<sup>1</sup>. A diligência é exatamente um desses meios e modos pelos quais essa conciliação pode ocorrer, cujo objetivo, repetimos, é eliminar dúvidas, possibilitando um julgamento correto, baseado em fatos e dados reais.

Assim, diante da juntada dos documentos dos sócios, diante da certeza da sua legalidade e tempestividade, essa ilustre comissão diante do vício sanável alegado, facilmente por diligência, por simples verificação do QR CODE, também **aplicando o disposto no item 7.4 do edital, poderia ter solicitado o original das identidades ou de qualquer documento que entendesse necessário**, evitando a inabilitação indevida da recorrente, alinhando-se aos princípios regentes do procedimento licitatório, principalmente a legalidade, competitividade, razoabilidade.

<sup>1</sup> GRINOVER, Ada Pelegrini. Citada por OLIVEIRA, Ivo Ferreira de. 2001. p. 145



(ii) **Isonomia ou Parcialidade**

A breve leitura da Ata de Retomada da Sessão, Resultado da Habilitação, em 28/05/2021, é possível verificar a condução escoreita dessa comissão no que tange suas diligências para alinhar-se aos princípios que regem o procedimento licitatório, principalmente, no caso, a competitividade. Ao analisar a documentação de diversos licitantes, a ilustre comissão diante de pequenos erros, inconsistências ou dúvidas na documentação dos demais licitantes, promoveu devidamente as consultas que lhe cabia, buscando sanear o feito sem qualquer irregularidade, tão pouco infringindo qualquer norma. **Todavia, em relação a recorrente não procedeu assim.** Não obstante o mérito dos vícios alegados quanto a identidade dos sócios da recorrente ser bem menos gravoso em relação aos vícios alegados e encontrados dos demais concorrentes, exclusivamente em relação a recorrente não houve qualquer ação para sanar a suposta irregularidade de sua documentação, quer dizer, a simples cópia da identidade dos sócios.

**A ilustre comissão não realizou qualquer diligência ou consulta para a recorrente, visando sua habilitação, muito embora tenha realizado com louvor consultas e diligências para os demais licitantes. Evidente, é incontroverso que nesse caso, a ilustre comissão se afastou totalmente da isonomia ou imparcialidade, certamente involuntária, mas com notórios prejuízos ao direito da recorrente.**

A Constituição Federal prevê, no seu art. 37, a atuação da Administração Pública submetida a princípios claros, entre eles a imparcialidade, assegurando a todos os concorrentes a igualdade de condições. A obrigatoriedade da aplicação do princípio da isonomia previsto na Constituição Federal, é reiterada no art. 3º da lei 8.666/93.

Assim, o princípio da isonomia pode ser considerado como um instrumento regulador das normas, para que todos os destinatários de determinada lei recebam tratamento igualitário, o que não ocorreu.





Apenas buscando ratificar o fato que se alega, seguem os exemplos de que faltou a isonomia e restou prejudicado o direito da recorrente, que deveria ser declarada habilitada por esta ilustre comissão caso recebesse tratamento isonômico em relação aos demais licitantes. São os exemplos conforme ata de habilitação citada:

- Licitante Empresa Enge Service, consta na ata *“...consulta ao site da SEFAZ...”*
- Licitante Empresa Engecon Construções, consta na ata *“...consulta a situação contábil junto ao sistema publico de escrituração...”*
- Licitante Empresa Navelle Empreendimento, consta na ata *“...consulta a situação contábil junto ao sistema publico de escrituração...”*
- Licitante Empresa Ama Serviços, consta na ata *“...comprovante de inscrição e situação cadastral não se encontra autenticado...em consulta ao site da SEFAZ...”*
- Licitante Empresa Projam Construções, consta na ata *“...esta comissão em consulta ao site da JUCERJA...”*
- Licitante Empresa Cone Engenharia, consta na ata *“...comprovante de inscrição e situação cadastral municipal e estadual não se encontra autenticado...em consulta ao site da SEFAZ...”*
- Licitante Empresa Grupo Joal, consta na ata *“...em consulta ao sitio da fazenda federal...”*
- Licitante Entre Os Rios (recorrente), consta na ata *“...não apresenta os documentos dos sócios de forma autenticada, inclusive encontram-se ilegíveis...”***



Os fatos e o próprio documento (Ata de Habilitação) falam por si só. A recorrente não obteve o mesmo tratamento esmerado e diligente que os demais licitantes obtiveram, não obstante a natureza simples e sanável em relação ao vício alegado nas identidades dos seus sócios, já exaustivamente exposta no presente recurso. Dessa forma, é incontroverso que faltou a aplicação da isonomia em relação a análise da documentação da recorrente se verificado os procedimentos adotados em relação aos demais licitantes.

Vale lembrar que é dever da administração pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu à todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade, uma vez que não é cabível que um defeito irrelevante ou perfeitamente sanável exclua uma possível melhor proposta, sob o risco de que essa exclusão gere além da ofensa ao princípio da "vantajosidade", uma ofensa ao próprio princípio da isonomia quando se retira da concorrência um candidato perfeitamente apto.

Em síntese a isonomia é um dos pilares do processo licitatório, o que faltou no caso, notadamente em relação ao julgamento da habilitação da recorrente. Necessário reexame da decisão que inabilitou a recorrente visto que sua habilitação regularizará a equidade entre os concorrentes, alinhando-se aos princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal.

É cediço que os Tribunais de Contas, possuem posição consolidada quanto a preservar os princípios norteadores da licitação de sancionar aqueles que agem contrário aos princípios norteadores da licitação pública., tem também atuado no sentido

As decisões em nossos Tribunais, sejam judiciais ou de controle externo, majoritariamente privilegiam o princípio da competitividade, em detrimento ao formalismo excessivo, pois entende-se que interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. **Por tudo isso, vale dizer que o ato de julgar uma licitação deve evitar a todo custo a incidência de critérios não objetivos, não isonômicos, ou seja, deve evitar a adoção de critérios pessoais do julgador que não**



**encontram respaldo na Lei, representando mera interpretação pessoal e subjetivismo equivocado como ocorreu na inabilitação da recorrente.**

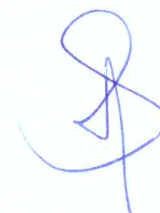
Em síntese, no caso da inabilitação da recorrente, se tem como resultado ou efeito da controvérsia estabelecida, notório prejuízo a competitividade do certame, uma vez que a decisão da comissão a reduziu sem justo e razoável motivo.

Não se pode esquecer que a harmonização de princípios é a grande seara desafiadora daquele que detém este *munus*. Neste diapasão, considerando as finalidades do processo de licitação, requer-se seja reexaminada a decisão que inabilitou a Recorrente.

Além disso, indaga-se, qual prejuízo ou interferência ao processo caso realizasse a diligência para verificar a documentação da recorrente, assim como fez em relação aos demais licitantes? Nenhuma, em verdade a Ilustre Comissão não sopesou os danos que pode gerar ao erário ao reduzir a concorrência, em decorrência de decisão eivada de excessivo formalismo que prescindiu do exame de normas aplicadas ao caso concreto, ou seja, não atendeu ao princípio da legalidade e principalmente a eficiência e isonomia.

O ato administrativo deve ser proporcional e caracteriza-se por sua adequação, necessidade e proporcionalidade estrita, sendo nesse caso, o julgamento contrário erro subjetivo de interpretação, inclusive sanável com simples consulta. Quanto a identidade dos sócios, tal informação ou documento pode ser extraída em qualquer momento por meios diversos, inclusive consulta ou diligências. Lembrando, simples consulta pelo QR Code, se perdurasse dúvidas.

Assim sendo, deve a Administração Pública habilitar a Recorrente, a fim de que seja dada a correta interpretação de seu acervo documental e principalmente da norma editalícia, resguardando o interesse público e as finalidades da licitação pública.



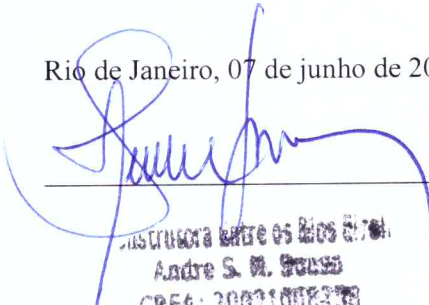
### **PEDIDOS**

*Ex positis*, diante das razões apresentadas, alinhado aos princípios do direito que norteiam a matéria, considerando ainda o interesse público presente, sem, contudo, perder de vista a legislação sobre o tema, respeitosamente e requer-se a ilustre Comissão de Licitação que seja revista a decisão que inabilitou a Recorrente, a fim de declará-la habilitada no presente procedimento licitatório, vez que atendeu ao ato convocatório, tendo apresentado a identidade dos sócios autenticada digitalmente, podendo ser ratificado conteúdo ou informação com simples consulta, como já exaustivamente mencionado, não restando dúvidas quanto a regularidade de sua documentação e principalmente sua qualificação para execução do objeto licitado.

Por fim, caso este não seja o entendimento da I. Comissão, apenas pelo princípio da eventualidade, pleiteia-se o encaminhamento do presente recurso para análise e decisão nos termos do art. 109, §4º da Lei 8.666/93.

Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2021.



Construtora Entre os Rios Eireli  
Andre S. M. Gomes  
CREA: 20021006238

1

**13ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA:**  
**"CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI "**  
**CNPJ: 30.307.631/0001-19**

**HENRIQUE JORGE FERNANDES PEREIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade no. 861.047.576/D, expedida pelo CREA-RJ, CPF nº 792.741.297-34, residente e domiciliado nesta cidade à Av. Lúcio Costa, 16840 /301, Recreio-RJ, titular da empresa individual de responsabilidade limitada que tem girado nesta praça, sob a denominação de "CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI", com sede Rua Bráulio Muniz, nº 278 – apto 101, Abolição – CEP 20755-240, inscrita no CNPJ sob o nº 30.307.631/0001-19, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do RJ-JUCERJA sob o nº 33600303656, por decisão em 09/10/1979 e alterações posteriores, resolve, nesta data e na melhor forma de direito, alterar seu ato constitutivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

A empresa exercerá, além das já existentes, a atividade de instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado de ventilação e refrigeração.

Para tanto, firma em ato contínuo, Ato constitutivo da Empresa Individual de Responsabilidade Ltda.

**ATO CONSTITUTIVO DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI "CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI".**

**HENRIQUE JORGE FERNANDES PEREIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade no. 861.047.576/D, expedida pelo CREA-RJ, CPF nº 792.741.297-34, residente e domiciliado nesta cidade à Av. Lúcio Costa, 16840 /301, Recreio-RJ, pelo presente ato, constitui, com fulcro no art. 980-A da Lei 10.406/02, a seguinte empresa individual de responsabilidade limitada "CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI", com sede Rua Bráulio Muniz, nº 278 – apto 101, Abolição – CEP 20755-240, inscrita no CNPJ sob o nº 30.307.631/0001-19, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do RJ-JUCERJA sob o nº 33600303656, por decisão em 09/10/1979, a qual será regida pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO**

A empresa utilizará o nome "CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI", com sede nesta cidade à Rua Bráulio Muniz, nº 278, apto 101 – Abolição – CEP 20.755-240, podendo abrir filiais, se assim convier, em qualquer parte do Território Nacional, e seu foro é na cidade do Rio de Janeiro-RJ.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI

NIRE: 336.0030365-6 Protocolo: 00-2019/070443-7 Data do protocolo: 06/02/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 07/02/2019 SOB O NÚMERO 0000330361 e demais constantes do termo de autenticação.

Autorização: 032566/9676240218A33FA3793D0A41383F33FAD086F0A0 1F50-0AB5706593

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancelaigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 1 de 1



JUCECERJA  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro



**CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO**

Constituem objeto da empresa as seguintes atividades:

- Construção Civil;
- Instalação e manutenção elétrica;
- Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado de ventilação e refrigeração.

**CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO**

O prazo da sociedade será por tempo indeterminado (art. 997, II, CC/2002).

**CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social é de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), dividido em 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil) cotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas, neste ato em moeda corrente do país.

HENRIQUE JORGE FERNANDES PEREIRA 3.500.000 cotas de R\$1,00..R\$ 3.500.000,00

TOTALIZANDO ..... 3.500.000 cotas de R\$1,00..R\$ 3.500.000,00

§ ÚNICO: A responsabilidade do titular da empresa é limitada ao capital integralizado, não respondendo ele subsidiariamente pelas perdas da empresa (art. 1.052, CC/2002);

**CLÁUSULA QUINTA- ADMINISTRAÇÃO**

A administração será exercida por seu titular com amplos poderes de direção e representação da EIRELI.

**CLÁUSULA SEXTA – EXERCÍCIO SOCIAL**

O encerramento do exercício social dar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

PARÁGRAFO ÚNICO – A empresa, por resolução de seu titular, poderá distribuir resultados em períodos inferiores ao anual, desde que levantado o resultado em balanço contábil especial para o período.

**CLÁUSULA SÉTIMA – NÃO PARTICIPAÇÃO EM OUTRA EIRELI**

O titular HENRIQUE JORGE FERNANDES PEREIRA declara que não participa de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

**CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

A responsabilidade técnica pelos serviços executados nas atividades da empresa competirá ao titular Henrique Jorge Fernandes Pereira.



**CLÁUSULA NONA - DESIMPEDIMENTO**

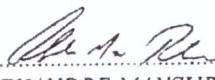
O administrador declara, sob as penas da lei, que não foi condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, ao acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. (art. 1.011, parágrafo primeiro, CC/2002)

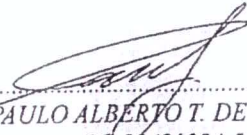
E por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas que a tudo presenciaram.

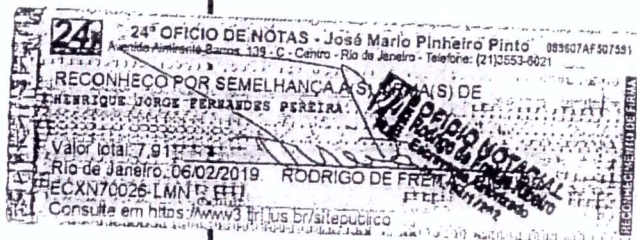
Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 2019.

  
HENRIQUE JORGE FERNANDES PEREIRA

**TESTEMUNHAS:**

  
ALEXANDRE MANSUR RIBEIRO  
CRC 116002/O-0

  
PAULO ALBERTO T. DE ALMEIDA JR.  
RG-20421304-5 DIC-RJ  
CPF 131.186.077-00



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS BIRELI

NIRE: 336.0031365-6 Protocolo: 00-2019/070449-7 Data do protocolo: 06/02/2019

CNPJ: 00.000.000/0000-00 em 07/02/2019 SCS C. Número 00003509817 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 03054449857800213A130A119300A113437930F40086F0400F5140A5070E924

Para validar o documento acesse <http://www.jucecia.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº do protocolo. Pág. 5 de 5



## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento **CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 30.307.631/0001-19, sediada na Rua Bráulio Muniz, 278 / 101 - Abolição, Rio de Janeiro - RJ, neste ato representada por seu Diretor **HENRIQUE JORGE FERNANDES PEREIRA**, portador da Carteira de Identidade **CREA/RJ nº 1986104757** e do CPF nº 792.741.297-34, residente e domiciliado nesta cidade, nomeia e constitui como seus procuradores: **ANDRÉ DA SILVA MOREIRA DE SOUSA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade **CREA/RJ nº 2002106258** e do CPF nº 029.056.227-92 ao qual concede poderes para, isoladamente, representar a Sociedade Empresária perante a administração pública direta e indireta (União, Estado, Município, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista), empresas privadas, INSS, CREA, SERASA e SPC, podendo para tanto obter vistas de processos administrativos, tirar cópias, requerer e juntar documentos, prestar esclarecimentos e cumprir exigências; receber e fazer quitações de processos judiciais; assinar contrato para execução de obra, termo aditivo contratual, medição de serviços, proposta comercial e demais declarações exigidas em edital; realizar visitas técnicas; participar de todas as etapas nas diversas modalidades de procedimentos licitatórios (pregão, convite tomada de preço e concorrência pública), concordar, discordar, impugnar e interpor recursos; e enfim, praticar todos os atos necessários visando o fiel cumprimento deste mandato.

A presente procuração terá validade até 31 de Dezembro de 2020..

Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 2020.

**CONSTRUTORA ENTRE OS RIOS**  
**HENRIQUE JORGE F. PEREIRA**  
CREA RJ 1986104757

[www.entreosrios.com.br](http://www.entreosrios.com.br)  
[construtora@entreosrios.com.br](mailto:construtora@entreosrios.com.br)





**CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS** 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS  
E TABELIONATO DE NOTAS - Código CNJ 06.870-0  
Av. Presidente Epitácio Pessoa 1141 - Bairro Das Estrelas - João Pessoa/PB - CEP 58030-680 - www.azevedobastos.com.br - Tel. (33) 3364-1464 / Fax: (33) 3364-1464

**Autenticação Digital**  
De acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.035/1994 e Art. 5º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou, fe.

**Cód. Autenticação: 105502706191146280817-5; Data: 27/06/2019 11:51:12**

Selo Digital de Fiscalização Tipo Normal C: AIS71336-AJEG;  
Valor Total do Ato: R\$ 4,42  
Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br>

República Federativa do Brasil  
Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
Conselho de Administração Profissional

**CREA-RN**  
Registro Crea  
20022190258

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ENGENHARIA**

Nome  
**ANDRÉ DA SILVA MONTEIRO DE SOUSA**

Data de Registro no Crea-RN  
23/05/2012

Título Profissional  
**TECNICO EM ENFERMAGENS**

Assinatura do Profissional

República Federativa do Brasil  
Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
Conselho de Administração Profissional

**CREA-RN**  
Registro Crea  
20022190258

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE ENGENHARIA**

Nome  
**ANDRÉ DA SILVA MONTEIRO DE SOUSA**

CPF  
**147774024**

Data de Registro no Crea-RN  
23/05/2012

Título Profissional  
**TECNICO EM ENFERMAGENS**

Assinatura do Profissional

